

Junho 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola e FMI atacam dívida pública	1
1.2 Programa de pequenos empréstimos já beneficiou 4.000 pessoas.....	1
1.3 Central Sindical quer 560 dólares como salário mínimo.....	2
1.4 Estado Angolano sai vencedor de contencioso com a De Beers	3
2.0 EDUCAÇÃO	4
2.1 Greve à vista na Universidade pública Angolana.....	4
2.2 Ministério da Educação poderá adoptar técnicas para ensino à distância.....	4
3.0 HIV-SIDA	6
3.1 Huíla: Sida causa morte de 120 pessoas em três anos.....	6
4.0 MINAS	7
4.1 Kwanza-Sul: Projecto de desminagem orça dois milhões 515 mil dólares	7
4.2 Angola e Zimbabwe projectam cooperar no domínio das Minas	7
4.3 Minas tiram sossego.....	7
5.0 GOVERNAÇÃO	8
5.1 Corrupção em Angola	8
5.2 Os novos latifundiários	8
5.3 António Maurício mais próximo do GPL.....	9
5.4 Angola defende protecção de civis em conflitos armados	9
5.5 «Caso Falcone» continua a ensombrar as relações Angola/França.....	10
6.0 POBREZA	12
6.1 Contracimeira dos pobres.....	12
6.2 Redução do desemprego e pobreza são prioridades de Angola	12
7.0 SERVIÇOS BASICOS	13
7.1 A praga do lixo em Luanda	13
8.0 SITUAÇÃO HUMANITARIA	14
8.1 Falta de projectos exequíveis dificulta acesso de créditos para o país	14
8.2 Holanda vai repatriar quatro mil Angolanos	14
8.3 Regresso forçado às origens	14
8.4 PAM pode adquirir alimentos em países da SADC para evitar produtos transgénicos.....	15
9.0 TERRA E HABITAÇÃO	16
9.1 Polo agrícola de Capanda vai preparar mais de 300 mil hectares de terra	16
10.0 OUTROS	17
10.1 Protecção dos Estados Torna Intocáveis Os Negociantes de Armas	17
10.2 Computador pode custar 100 dólares este ano em Angola.....	20

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Angola e FMI atacam dívida pública

VOA...04/06/04

Angola e o Fundo Monetário Internacional têm algumas diferenças por resolver, mas nada parece tão prioritário como a questão do financiamento da despesa pública.

Peritos das duas partes reúnem-se na próxima semana em Washington para uma ronda que pode vir a acelerar o estabelecimento de um entendimento entre Luanda e o FMI. A delegação de Angola levará na bagagem informação sobre a balança de pagamentos, dívida externa, situação fiscal e panorama monetário. Desta consulta deverá sair também o esboço do que será reunião marcada para o final deste mês em Luanda, e que servirá entre outros, para que o FMI faça a análise do artigo 4, pressuposto estatutário que conforma um diagnóstico ao comportamento das economias de todos os estados membros. Irá também a debate o balanço das recomendações feitas no ano passado. Embora não dispense os «inputs» do FMI, Luanda tem como trunfo, a execução de um programa de reformas com recursos exclusivamente seus, de que ressalta a estabilidade cambial. Fonte oficial angolana disse à Voz da América que se «a equipa do FMI tiver um mandato para tal, pode-se dar início à negociação de um programa» cuja aprovação pelo «board» do Fundo, dependendo da sua agenda, poderá acontecer até Setembro próximo. A acontecer, e perante o que altos funcionários angolanos definem como sendo o «track record» positivo registado na economia de Angola nos últimos 12 meses, um programa monitorado poderá começar a ser executado o mais tardar no princípio do próximo ano. Porém tanto do lado de Angola como do lado do FMI, parece não restarem dúvidas de que a questão do financiamento da despesa pública tem de ficar esclarecida. Fonte familiar às negociações disse à Voz da América que o FMI tem algumas reticências quanto à sustentabilidade do endividamento externo. As preocupações do FMI aumentaram após a obtenção por Angola em Fevereiro passado, de um empréstimo de 2 mil milhões de dólares junto da China. O FMI estaria receoso de que o serviço da dívida venha a deixar a tesouraria Angolana em situação de aperto.

Comparações feitas nas últimas consultas entre as duas partes indicam que no caso de Angola, a despesa pública representa 48 por cento do PIB, muito acima dos 30 por cento registados em quase todos os países

da África Austral. Funcionários angolanos ouvidos pela Voz da América disseram que nenhum outro país da SADC saiu de uma guerra, «logo ninguém tem os desafios que temos». Luanda entende que o mais razoável será garantir a Angola o acesso a fundos concessionais bonificados, mas estes só virão se as duas partes chegarem a um acordo.

Quando chegar a hora Angola dirá que tipo de programa pretende, se a fórmula «Stand By» se o modelo PRGF, Poverty Reduction Gross Facility e o FMI perante os recursos e o desempenho da economia de Angola dirá a que tipo de ajudas Angola estará habilitada.

1.2 Programa de pequenos empréstimos já beneficiou 4.000 pessoas

LUSA...18/06/04

O programa de pequenos empréstimos [micro crédito] criado há cinco anos pela organização não governamental Development Workshop (DW) para combater a pobreza urbana em Angola já beneficiou cerca de 4.000 pessoas nas províncias de Luanda e do Huambo.

“O objectivo principal deste programa é permitir a criação de pequenos negócios rentáveis, que possibilitem melhorar o nível de vida das pessoas”, afirmou Rolando Villanueva, conselheiro técnico da DW, em declarações à Lusa. O denominado ‘Programa de Combate à Pobreza Urbana’ foi lançado pela DW, uma organização não governamental financiada pelos governos britânico e canadiano, para ajudar as pessoas que têm dificuldade em obter empréstimos bancários. “O programa de micro crédito foi criado para fazer o papel dos bancos”, frisou Rolando Villanueva, salientando que a DW “concede empréstimos a quem não consegue um empréstimo dos bancos”. Na primeira fase, os empréstimos podem variar entre 80 e 150 dólares, mas, antes de receberem o dinheiro, os candidatos têm que frequentar uma acção de formação para aprender a gerir a verba que lhes vai ser atribuída. Esta acção permite também avaliar a capacidade dos candidatos ao empréstimo para gerarem rendimentos. Apesar disso, Villanueva admitiu que surgiram vários casos de pessoas que “depois de receberem o dinheiro, têm tendência para o gastar no seu sustento imediato e não naquilo que tinham proposto quando se candidataram ao empréstimo”.

“Algumas pessoas, como são pobres, usam o dinheiro para satisfazer as suas necessidades básicas de

alimentação, saúde e vestuário e, quando isso acontece, acabam com o capital de empréstimo e estragam o programa”, salientou. Segundo Roberto Villanueva, ao longo dos cinco anos de existência deste programa de micro crédito, este tipo de situações já foi detectado em cerca de 800 pessoas que se candidataram aos empréstimos concedidos pela DW. Para tentar evitar este problema, a DW utiliza uma metodologia de crédito a grupos formados por cerca de 30 pessoas, sendo todas informadas durante a acção de formação de que, caso um dos membros do grupo não cumpra com o pagamento, os restantes terão que pagar por ele. “Esse conjunto de pessoas, denominado grupo solidário, é que faz o pagamento pelo elemento que não pagou, criando uma garantia mútua”, disse Villanueva.

Mesmo assim, ainda surgem situações em que as pessoas acabam por não pagar o empréstimo, o que obriga a que lhe seja cessado o contrato. Segundo Rolando Villanueva, “esta decisão é tomada para evitar que os outros grupos adoptem o mesmo procedimento”. “É necessário que todos façam o reembolso dos empréstimos para que seja possível a expansão do programa”, frisou. Os empréstimos, que pagam um juro de 12 por cento sobre o valor concedido, devem ser liquidados em quatro meses, através de prestações semanais, dependendo o aumento dos créditos concedidos a cada elemento do seu desempenho, que é avaliado no final de cada ciclo.

“Depois de avaliado o desempenho, podemos conceder um novo crédito, acrescentando 40 por cento ao valor emprestado em cada ciclo”, afirmou Villanueva. Questionado sobre o tipo de negócio rentável que as pessoas podem realizar com um empréstimo de apenas 80 dólares, Villanueva salientou que existem várias possibilidades.

“Existem negócios que se podem fazer até com 50 dólares e permitem obter lucros e reembolsar o empréstimo”, afirmou, referindo como exemplo “a venda de doçarias, frutas e material escolar”.

“São exemplos de negócios que dão um rendimento diário”, salientou o responsável da DW. Este programa de combate à pobreza urbana, que está a ser implementado nas províncias de Luanda e Huambo, deverá ser alargado em breve ao Zaire, no norte de Angola, e a Benguela, na costa atlântica no centro do país.

“Muitas pessoas saem das suas províncias para virem a Luanda procurar uma vida melhor, por isso o nosso objectivo é expandir o programa para outras regiões para permitir que possam encontrar nas suas zonas de

origem o sustento para as suas vidas”, disse Rolando Villanueva. Nesse sentido, a DW pretende atingir com o seu programa de micro crédito mais de 7.000 pessoas que estão excluídas do sistema financeiro clássico, contribuindo desta forma para a redução da pobreza em Angola. Por outro lado, segundo Villanueva, a DW está a trabalhar em conjunto com a Rede Angolana do Sector Micro Empresarial para “influenciar a adopção de políticas” no âmbito do Programa Estratégico de Luta Contra a Pobreza que está a ser implementado pelo governo angolano.

Com esse objectivo foi recentemente realizada uma avaliação sobre o impacto do programa de micro crédito e os resultados indicam que “a maior parte” das pessoas está satisfeita com os resultados que conseguiu obter através dos empréstimos. O programa sofreu, no entanto, algumas consequências negativas com a decisão do Governo Provincial de Luanda de encerrar os principais mercados informais da capital angolana, o que originou uma “redução considerável” dos rendimentos de alguns dos beneficiários do micro crédito.

“A redução da clientela e a falta de segurança nos novos mercados onde foram reinstalados provocou uma redução dos rendimentos e fez com que muitos comerciantes estejam a vender os seus produtos em locais impróprios”, frisou Villanueva.

1.3 Central Sindical quer 560 dólares como salário mínimo

RNA...20/06/04

A Central Geral dos Sindicatos Independentes de Angola, CGSILA, vai continuar a pressionar o Governo para que o salário mínimo nacional seja equivalente a 560 dólares norte-americanos.

O argumento da central sindical independente é que o actual salário mínimo cotado em 50 dólares sobre apenas 34 por cento das necessidades básicas das famílias angolanas. Por ocasião do primeiro congresso constituinte do secretariado da província de Luanda, a chefe da inspecção da central sindical, Ana Maria, afirmou que “os sindicatos, na conjuntura actual, são actores vitais na perspectiva de facilitação do desenvolvimento económico e social”.

Ana Maria disse ainda que os sindicatos, enquanto parceiros do Governo, devem continuar na senda da vanguarda da classe trabalhadora.

1.4 Estado Angolano sai vencedor de contencioso com a De Beers

Jornal de Angola...21/06/04

O Estado angolano acaba de sair vitoriosa de um contencioso a que a De Beers pretendia vinculá-lo, relativamente a um contrato assinado entre esta multinacional sul-africana e a concessionária nacional de diamantes de Angola, Endiama, soube-se de fonte segura.

De 1990 a 1991, a De Beers negociou com a Endiama um contrato para a compra e venda de diamantes do Projecto Luzamba, mas, concluídas as negociações, Nichy Oppenheimer, vice-presidente dessa multinacional sul-africana de diamantes, em vez de assinar o contrato em nome da De Beers, fê-lo pela DCS, uma das empresas desse Grupo. Sete anos depois (1998), era negociada e assinada uma adenda, nos termos da qual a SDM (Sociedade de Desenvolvimento) passava, também, a ser parte do compromisso de compra e venda de diamantes. Em 2001, a De Beers não concordou com as medidas legislativas tomadas pelo Governo angolano visando a reestruturação do sector diamantífero e instaurou três processos arbitrais, um dos quais relacionado com o citado contrato de compra e venda de diamantes. Nessa altura, a De Beers procurou, em vão, convencer um tribunal arbitral internacional de que o Estado angolano era parte, quando as únicas partes legítimas são a Endiama, a SDM e a DCS, únicas signatárias dos contratos existentes. A De Beers pretendia a condenação da Endiama e a SDM, para abrir caminho para o arresto de bens do Estado angolano no exterior. Essa batalha judicial entre a De Beers e a Endiama levava já três anos e uma equipa angolana apoiada pela firma brasileira Olavo Baptista conseguiu defender os interesses do Estado, arrancando do tribunal a sentença de que “a requerente (De Beers) é uma organização internacional sofisticada, com considerável conhecimento e experiência de Angola, pelo que o tribunal arbitral não aceita que tivesse ocorrido qualquer confusão por parte da requerente entre a Endiama e a República de Angola”.

A sentença do tribunal arbitral diz ainda que “os artigos 268 e 269 do código civil angolano também sugerem que determinada forma de abuso é necessária para caracterizar a representação aparente. Não foram, contudo, provados pela requerente a ocorrência de qualquer abuso de direito ou a ausência de boa fé no presente caso (da parte do Governo).(...) Por estas

todas razões, o tribunal arbitral rejeita as alegações da requerente em defesa da extensão da convenção da arbitragem à República de Angola e assim conclui não ter jurisprudência quanto a disputas entre a requerente e a República de Angola”.

Em Setembro de 2003, recorde-se, a Endiama ganhou no tribunal de São Paulo (Brasil) um processo DEBAP (relacionado com três contratos de prospecção de diamantes), em que a De Beers exigia que o Estado angolano abdicasse da aplicação lei angolana referente à prospecção de kimberlitos e que, simultaneamente, a Endiama fosse condenada a indemnizar cerca de 35 milhões de dólares à De Beers.

Como resultado desse revés, a De Beers perdeu os direitos que detinha sobre as concessões de Quela, Mavinga e Lunda Nordeste.

2.0 EDUCAÇÃO

2.1 Greve à vista na Universidade pública Angolana

VOA...16/06/04

Os sindicatos dos professores universitários e dos trabalhadores não docentes da Universidade Agostinho Neto convocam esta semana os seus filiados para decidirem ou não pela paralisação das aulas na Universidade pública angolana.

Fontes dos dois sindicatos disseram à Voz da América que o governo, entidade patronal, ainda não respondeu às reivindicações contidas no caderno apresentado há mais de quatro anos. Há mais de nove meses atrás, os dois sindicatos interpolaram uma greve na esperança de estabelecerem negociações satisfatórias com o governo o que nunca aconteceu.

Na sequência desse silêncio do governo que os sindicatos consideram de má fé, vários docentes Universitários e trabalhadores não docentes da Universidade Agostinho Neto têm estado a pressionar os seus sindicatos no sentido de rapidamente se convocar uma Assembleia de trabalhadores que deverá decidir por uma paralisação ou não das actividades nos próximos dias, segundo confirmou à Voz de América, Carlinho Zassala, secretário-geral do Sindicato dos professores universitários.

“... nós interpolamos a nossa greve a 5 de Agosto do ano passado .Depois disso foi dado um prazo de seis meses à entidade patronal para que resolve a questão. Mas desde dessa altura até agora não tivemos nenhum encontro com o governo e nada foi feito. Por isso, na segunda-feira vamos ter uma reunião com todos os responsáveis sindicais ao nível das Faculdades para prepararmos a Assembleia de trabalhadores que tomará a decisão final...”

Segundo o sindicalista é estranho que um ano depois a entidade patronal que está consciente das suas responsabilidades, não tenha tido a iniciativa de dialogar com os grevistas com vista a prevenir futuras paralisações e procurar soluções para as reivindicações que já duram há algum tempo. Os trabalhadores da Universidade Agostinho Neto demonstraram até aqui, refere Carlinho de Zassala, uma atitude de patriotismo ao interpolarem a greve e primarem por uma atitude dialogante com a entidade patronal o que não chegou a

acontecer até ao momento por exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação.

“...De concreto, não se avançou em nada e, neste momento a pressão é muito maior por parte dos nossos colegas docentes e não-docentes da Universidade Agostinho Neto porque, há uma falta de interesse por parte do governo em resolver os inúmeros problemas da Universidade e que constaram no caderno reivindicativo.

Nós pensamos que a assembleia dos trabalhadores vai tomar a decisão que achar conveniente, porque o governo já demonstrou que só sabe actuar sob pressão...

”Os professores e os trabalhadores não-docentes da Universidade Agostinho Neto reivindicam o aumento dos seus salários, a construção de uma cidade Universitária e adesão da Universidade Agostinho Neto a convenção de Arusha.

Durante o tempo em que os grevistas aguardavam contactos com a entidade patronal, foram levados a cabo encontros com deputados da Assembleia Nacional que fazem parte da 9ª comissão que responde pelos assuntos da Educação.

2.2 Ministério da Educação poderá adoptar técnicas para ensino à distância

ANGOP...22/06/04

O Ministério da Educação poderá implementar as técnicas de ensino à distância (Tele-ensino) para assegurar o Programa Educação para Todos até 2015, afirmou hoje o vice-ministro Pinda Simão.

O vice-ministro da Educação, Pinda Simão, que falava à margem da demonstração do protótipo dos projectos de Tele-ensino e de Telecentro, salientou que o seu ministério já iniciou, há alguns anos, com a colaboração do Brasil e de Portugal, a reflectir sobre o Tele-ensino, criando um departamento com este fim. Para Pinda Simão, a técnica de Tele-ensino, mesmo em termos de planeamento, representa uma mais valia, pois com quatro a cinco mil dólares pode-se montar uma sala de aulas com cerca de 20 lugares. Projectos deste tipo, sublinhou, devem ser estudados com mais profundidade para ver quais são as vantagens económicas em relação ao ensino convencional. Caso se adopte o sistema, o governante afirmou que serão priorizadas as zonas rurais, as periferias e as províncias que mais sofreram com a instabilidade militar, como o Kuando-Kubango, Uíge, Moxico, Bié e Huambo.

O sistema de Tele-ensino (ensino à distância), apresentado hoje, simula uma rede de pólos educativos - telescola/ensino mediatizado - nas localidades, com condições físicas que permitem a recepção de emissões vídeo e áudio, por meio da Televisão Pública de Angola e o acesso à Internet. O telecentro - centro de comunicações - comporta uma rede integrada de telecomunicações e facilita a ligação ponto a ponto entre entidades, os seus órgãos e filiais independentemente da localização no território nacional, através de segmentos espaciais de satélite. Esta técnica assegura também a conexão, no interior de um território, à rede telefónica pública nacional e internacional e o estabelecimento de redes privadas virtuais.

Estes sistemas, que serão abastecidos através da energia solar, foram instalados para demonstração no Campus Universitário da Faculdade de Arquitectura.

3.0 HIV-SIDA

3.1 Huíla: Sida causa morte de 120 pessoas em três anos

Angop...18/06/04

Cento e vinte pessoas morreram nos últimos três anos na província da Huíla vítimas de HIV/Sida, disse quinta-feira o governador em exercício Adriano da Silva, na abertura do seminário regional sobre os planos operacionais de combate a endemia.

De acordo com o governante, desde Março de 2004 as autoridades sanitárias confirmaram a existência de 810 casos na faixa etária dos 20 aos 40 anos de idade, 478 dos quais do sexo feminino. Perante este quadro, Adriano da Silva, apelou a mobilização da sociedade no combate e erradicação do HIV/Sida na região, e elogiou o trabalho que está a ser feito pelo Ministério da Saúde em parceria com os organismos das Nações Unidas e organizações não governamentais na sensibilização da sociedade.

Por sua vez, a directora nacional do Programa de Luta contra Sida do Ministério da Saúde, Ducleina Serrano, disse que tudo deve ser feito para que Angola não atinja as mesmas taxas de infecções dos países vizinhos, já que segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o país tem uma taxa de sero-prevalência na ordem dos 5.5 por cento. Participam no seminário que termina hoje delegados das províncias da Huíla, Namibe, Cunene, Kuando-Kubango e Luanda.

4.0 MINAS

4.1 Kwanza-Sul: Projecto de desminagem orça dois milhões 515 mil dólares

ANGOP...09/06/04

Dois milhões 515 mil dólares americanos é o montante necessário para a implementação do programa de desminagem na província do Kwanza-Sul, disse hoje, no Sumbe, o seu coordenador-adjunto, Jorge Pombo.

Adiantou que o programa já foi apresentado à comissão nacional de desminagem, aguardando-se por outras instruções. A implementação do mesmo será feita em duas fases, sendo a primeira a criação de condições, formação de pessoal e aquisição de material e a segunda a desminagem.

Sem, no entanto, revelar o número de áreas minadas na província, Jorge Pombo frisou que a coordenação de desminagem na região está a trabalhar com as Forças Armadas Angolanas (FAA), administrações municipais, autoridades tradicionais e ONG no sentido de identificarem tais áreas. "Cada município tem a sua especificidade em função do conflito armado que assolou o país, por isso será dada prioridade aos municípios mais afectados pela guerra" frisou.

O montante será empregue na desminagem das vias de acesso, campos agrícolas e áreas de reassentamento da população. Neste momento, a ONG Alemã "MGM" já trabalha em projectos de desminagem nos municípios do Seles, Kibala e Ebo.

ONG Ajuda Popular da Noruega também vai desminar algumas áreas na província. Os municípios do Seles, Kibala, Wako-Kungo, Mussende, Ebo, Kilenda, Gabela e Libolo são os que apresentam maior índice de minas na província, cuja desminagem vai contar com a ONG Ajuda Popular da Noruega.

4.2 Angola e Zimbabwe projectam cooperar no domínio das Minas

ANGOP...12/06/04

As repúblicas de Angola e do Zimbabwe estão a projectar o estabelecimento de cooperação no domínio de Geologia e Minas, tendo para o efeito o titular da pasta angolano deste pelouro, Manuel Africano,

seguido sexta-feira para Harare.

A Angop apurou que, durante a sua estada de quatro dias, o governante angolano tem agendado um encontro com a sua homóloga zimbabweana e visita a um projecto de ferro e aço naquele país.

Com Manuel Africano viajaram o seu vice-ministro, Makenda Ambrose e técnicos do seu pelouro.

4.3 Minas tiram sossego

VOA...21/06/04

O número de minas implantadas na província da Lunda-Norte transformou as suas estradas em vias de alto risco. O número de vítimas mortais, sobretudo nas estradas que dão acesso ao município de Caungula, assusta camionistas e passageiros.

Por essa razão o administrador local, Jorge Sassupi apelou ao Instituto Nacional de Desminagem e as ONG's a acelerarem a desminagem da região. Com uma população estimada em de 40 mil habitantes, Caungula foi uma zona muito disputada entre militares do governo e da UNITA que para sua própria protecção recorreram várias vezes às minas. A verdade é que a guerra terminou, mas as minas ficaram, a tal ponto que preocupados com os riscos, os sobas e os seus súbditos abandonaram as aldeias imigrando para zonas mais seguras. O administrador Sassupi, diz que as forças armadas angolanas numa primeira fase desactivaram mais de 60 minas. «Neste preciso momento temos três localidades bem identificadas; o bairro Kambaxi, que dista três quilómetros da sede municipal; a cabeceira do aeródromo de Caungula, e o aeroporto do Camaxilo. Em relação a este ponto nós e as forças armadas desminamos uma parte considerável faltando agora só 200 metros para darmos por concluída a operação».

Minas não existem só em Caungula. Em Camissombo, que fica a 80 km do Dundo capital da Lunda-Norte, foram identificadas mais de 500 minas. Outra localidade minada é a comuna de Fucahuma, na região fronteira com a República do Congo Democrático. Esta localidade foi minada inicialmente pelas tropas de Guarda Fronteira. As forças armadas angolanas preocupadas com a segurança da ponte sobre o rio Tchiumbe também minaram aquela localidade.

O arranque do projecto mineiro Fucahuma, levou as forças armadas a desminarem a localidade tendo sido removidas mais de 200 minas.

5.0 GOVERNAÇÃO

5.1 Corrupção em Angola

VOA...07/06/04

O partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (PADEPA) acusou a Procuradoria Geral da República de cumplicidade em actos de corrupção em Angola, por alegadamente não ter investigado até agora as várias denúncias de envolvimento de altas figuras da hierarquia do país em desvios dos fundos públicos.

Em comunicado de imprensa distribuído esta segunda-feira em Luanda aquela formação política da oposição anunciou que vai formalizar a acusação à PGR no dia 17 de Junho durante uma manifestação pública defronte à estátua do primeiro presidente de Angola, no Largo da Independência.

O líder do PADEPA, Carlos Leitão, disse à Voz da América que a atitude do seu partido deve-se ao facto da PGR não ter respondido até ao momento a um pedido de investigação às denúncias que têm sido reportadas na imprensa nacional e estrangeira.

“Nós pensamos que tem havido cumplicidade por parte de PGR pelo facto de não assumir o seu verdadeiro papel. São tantas as denúncias de corrupção e não tem havido uma posição actuante por parte da PGR enquanto órgão vocacionado para este efeito. Nós vamos protestar porque pensamos que a PGR devia abrir um inquérito para apurar todas as denúncias e acusações que são feitas contra membros do governo.”

Carlos Leitão, acrescentou que o governo de Luanda será oportunamente informado da intenção do PADEPA ao mesmo tempo diz estar seguro que desta vez a vigília não será importunada pela polícia.

Refira-se que uma manifestação do género realizada no mesmo local em Novembro de 2003 havia resultado na detenção pela polícia de vários dirigentes daquele partido acusados de desobediência.

5.2 Os novos latifundiários

Semanario Angolense...14/06/04

Solicitações, requisições, pedidos, José Eduardo dos Santos já teve aos quilos na sua secretária. Se não eram ministros a solicitar o prolongamento dos mandatos,

militares a rogarem promoção, desmobilizados a pedirem ajuda, governos estrangeiros a solicitar assistência militar, eram empresários, angolanos e estrangeiros a baterem-se, nem sempre da melhor maneira, por oportunidades de negócios.

Porém, nada terá deixado o Presidente da República tão estarrecido como o projecto para concessão de um terreno situado no lado oposto ao Museu da Escravatura. O «choque» em que caiu José Eduardo dos Santos decorre, por um lado, do facto do terreno solicitado - na verdade ‘ocupado’ com uma imponente cerca - envolver a «anexação» de propriedades até conhecidas como sendo reserva das Forças Armadas. Solicitado por um grupo que tem à testa os generais França Ndalú e João de Matos, ambos antigos chefes do Estado Maior General, e por conseguinte, conhecedores do que é o património das Forças Armadas, o terreno cobre uma extensão de mais de 13 hectares, sendo que em termos genéricos um hectare equivale a mais ou menos à quadra de um campo de futebol. Foi justamente a sua extensão que deixou José Eduardo dos Santos, homem frio por natureza, com alguns calores. Fonte próxima ao Presidente disse ao *Semanário Angolense* que quando confrontado com o tamanho da «herdade» José Eduardo dos Santos terá dito mais ou menos o seguinte: «para quê tudo isso? Este país é de todos e uns querem ficar com tudo?». A verdade, porém, é que o desabafo do Presidente não colocou ponto final às pretensões dos dois generais-empresários. Fonte familiar ao dossier disse a este semanário que ao abrigo da lei não faz parte das competências do Presidente a decisão sobre a atribuição de terrenos. Depende do uso a que se destina e das dimensões. As decisões sobre esta matéria são do pelouro dos administradores municipais, governadores provinciais, ministro da Agricultura e Conselho de Ministros.

Tratando-se de um projecto imobiliário, com as dimensões que tem, seria o CM a tomar a decisão, mas o assunto não foi agendado porque ninguém no governo parece interessado em desapontar os dois generais. Por outras palavras: a «batata quente» está nas mãos do PR, que tem como único recurso «engavetar» o assunto e pedir mais moderação aos seus antigos chefes de tropas.

A consumir-se o negócio, França Ndalú, «accionista-mor» do imponente condomínio «Imbondeiro» (na foto), e João de Matos, que também tem interesses no sector imobiliário, ficariam com um dos mais apetecidos terrenos do sul de Luanda. Teriam a dois passos o Museu da Escravatura que mais tarde ou mais cedo acabará sendo um grande atractivo turístico e ganhariam uma vista para o mar capaz de fazer as delícias de qualquer arquitecto. O interesse pelo terreno vem de longe. Inicialmente cobijado pelo antigo

governador, Simão Paulo, viria a fazer parte da agenda do ex-secretário geral do MPLA, João Lourenço, que avisado do seu valor fez, sem muito esforço, convenhamos, o suficiente para constar do grupo que iria abocanhar o apetecido terreno. Simão Paulo não teve dificuldades em acomodar o interesse de João Lourenço. O projecto a que estavam vinculados previa a construção de uma marina ao lado do museu da escravatura. Com isso valorizariam muito mais a zona. Por razões ainda desconhecidas nenhum dos dois conseguiu manter-se de pé depois do congresso de Dezembro. Matos e Ndalú, por diferentes razões, poderão ter a mesma sorte. Embora aos olhos de fontes bem informadas José Eduardo dos Santos não queira «travar» os dois generais, a verdade é que o PR não se sente confortável em dar luz verde a este mega-projecto, sobretudo porque ambos generais são também citados como estando associados a um grupo australiano que procura terrenos do Zaire ao Kwanza Sul para exploração mineira. Com este manancial de projectos nas mãos, Ndalú e Matos podem estar entre os mais bem sucedidos políticos-empresários. Ambos têm interesses no ramo da segurança industrial. Ndalú por via da Teleservice, que protege áreas diamantíferas e de exploração de petróleo, e João de Matos através da Alfa 5. São também citados como tendo interesses na exploração de diamantes, aviação civil, banca, de que o Banco Keve é a grande amostra, e pesca. João de Matos é igualmente o «testa de ferro» de um grupo japonês que quer lançar um cabo submarino, através do qual baixariam substancialmente os custos das chamadas telefónicas interurbanas e internacionais. A ir para frente este projecto poderia representar uma colisão com o compromisso que Angola tem em mãos há 3 anos, quando pela mão do lobbista Robert Cabelli, amigo de França Ndalú e bem relacionado na Casa Militar do PR, aderiu ao cabo submarino África One, e para o qual Angola tinha disponíveis 25 milhões de dólares.

5.3 António Maurício mais próximo do GPL

Semanário Angolense...14/06/04

António Maurício, vice-presidente da Fundação Eduardo dos Santos, pode ser a próxima aposta de José Eduardo dos Santos para o governo de Luanda. Fontes geralmente bem informadas disseram ao Semanário Angolense que Job Capapinha, que seria a primeira opção do Presidente da República, terá sido «atropelado» pelo fraco desempenho da Comissão de Gestão de Luanda, de que é membro. Capapinha, que é também vice-ministro da Juventude e Desportos, terá sido incluído na troika que dirige precariamente a

capital do país com o suposto propósito de ser familiarizado com os problemas de Luanda, cujo governo assumiria mais tarde.

Porém, o fraco desempenho da Comissão de Gestão pode ter convencido o Presidente da República a ponderar outras opções. Decisivas também para a suposta mudança do Presidente foram as reacções menos positivas suscitadas pela notícia, veiculada em primeira mão por este jornal, dando como provável a nomeação de Job Capapinha para o governo de Luanda. Fontes geralmente bem informadas disseram ao SA que mesmo no «Kremilin», nome por que também é conhecida a sede do Mpla, a nomeação de Job Capapinha criaria muito desconforto. Irmão do governador do Banco Nacional de Angola, António Maurício exerceu, durante muitos anos, altas funções executivas na Nova Cimangola. Chamado para a FESA, é agora o braço direito de Ismael Diogo, o presidente da entidade, ocupando-se, fundamentalmente, dos projectos económicos e financeiros.

São lhe atribuídos os projectos que culminaram com a criação da Sgo, uma empresa que se dedica ao transporte colectivo urbano e à limpeza e recolha do lixo em Luanda. Terá sido ele também que gizou a imobiliária Sodimo e a parceria que a Fesa estabeleceu com a Angomédisa, a única empresa pública que fabrica medicamentos. Por via da sua ligação à Fesa, António Maurício é um homem bem relacionado nos meandros do palácio presidencial, podendo isso constituir-se numa importante mais-valia se vier a ocupar o governo provincial de Luanda.

5.4 Angola defende protecção de civis em conflitos armados

RNA...15/06/04

O pronunciamento foi feito durante uma sessão pública do Conselho de Segurança sobre a Protecção de Civis nos Conflitos Armados. O diplomata angolano disse que apesar dos progressos alcançados na sua generalidade, não são satisfatórios os resultados no tocante à protecção de civis nos conflitos armados, pelo que muito se deve fazer.

Sendo as mulheres e crianças as principais vítimas dos conflitos armados, o Embaixador Ismael Martins alertou para o facto de haver uma abordagem mais ampla relativamente as reais causas dos conflitos, e que deve haver apoio da Comunidade Internacional quer na reconstrução, bem como no processo de reconciliação. A protecção de civis exige uma resposta e atitude mais coerente por parte do Conselho de Segurança, da comunidade internacional e todas as partes envolvidas nos conflitos” realçou o representante de Angola na ONU. Em relação à questão dos financiamentos, o

diplomata angolano recordou o caso de alguns países africanos que em 2003 necessitavam de 2.2 bilhões de dólares para a assistência humanitária e que até ao momento apenas metade deste montante foi disponibilizado, ao contrario dos países considerados como mais estratégicos, tal como foi também defendido pelo sub-secretário geral para as questões humanitárias das Nações Unidas, Jan Egeland.

Falou igualmente da necessidade de cooperação estreita entre as organizações regionais e sub-regionais, o Departamento de Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas, e outras organizações do sistema das ONU. O diplomata disse ainda que o Governo angolano acredita que a Nova Parceira para o Desenvolvimento de África (NEPAD) oferece uma boa plataforma para a protecção de civis nos conflitos armados. Angola, a semelhança dos outros membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, defende que o Conselho adopte uma nova resolução que vai de encontro aos últimos desenvolvimentos nas diferentes regiões, particularmente o reforço de medidas necessárias para a protecção de civis nos conflitos armados.

Para o sub-secretario geral para os Assuntos Humanitários, Jan Eaglend, o acesso à ajuda humanitária por civis e uma melhor protecção das mulheres e crianças em conflitos constitui tarefa fundamental de todos os Estados membros.

5.5 «Caso Falcone» continua a ensombrar as relações Angola/França

Semanário Angolense...19/06/04

Se depender do Governo de Angola, as relações com a França vão manter-se como estão, ou seja, frias. A visita que Boné Corse, assessor principal de Jacques Chirac, efectuou a Angola esta semana valeu, sobretudo, para a França dizer que as coisas em Paris, embora lentamente, estão a caminhar bem. O Governo angolano tomou nota do progresso, mas mudanças da sua parte só quando a França mudar. O embaixador de Angola em Paris, Ambrósio Lukoki, vai continuar em Luanda, e o embaixador da França em Luanda vai continuar a aguardar pela acreditação. Dois dias depois de Boné Corse ter saído de Luanda, fontes oficiais angolanas disseram que só a anulação do processo contra Pierre Falcone pode alterar as coisas. O Governo angolano insiste, e ao que consta Paris já está de acordo, em como não tendo as armas passado pela França, não se pode falar de um caso de contrabando e nem sequer de uma ilegalidade.

Os dois Governos estão em consultas há mais de três

meses. A pedido de Paris, as consultas foram suspensas até a realização das eleições europeias, que acabaram por resultar num revés para o partido de Jacques Chirac. As autoridades angolanas esperavam que Boné Corse viesse dizer que o processo judicial seria arquivado, mas o melhor que ele ofereceu foram garantias políticas de que Pierre Falcone, acusado de tráfico de armas, não seria molestado se regressasse à França. Promessas idênticas foram feitas em Março, em Paris, durante consultas que envolveram membros do staff de Eduardo dos Santos e Dominique de Villepin, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros responsável agora pela pasta do Interior. Tal como da primeira, também agora as autoridades angolanas não aceitaram a oferta. «Não queremos garantias políticas. Queremos garantias judiciais e estas só podem ser dadas com o arquivamento do processo contra Falcone», segundo disseram fontes oficiais angolanas. Em virtude de não ter conseguido satisfazer as exigências angolanas, Corse, como se diz na gíria, partiu «de mãos a abanar». Numa audiência tratada longe dos olhos da imprensa, Corse disse ao Presidente de Angola que em respeito à independência dos tribunais o seu Governo não poderia fazer mais nada.

As nossas autoridades, que tomam o processo contra Falcone, como um caso contra o Estado angolano, esperam muito mais do Governo francês. Para as autoridades angolanas a posição francesa conforma alguma contradição na medida em que por um lado aceita o princípio de que não houve nenhuma transgressão, mas por outro sugere que nada mais pode fazer.

O Governo angolano não abre mão também da admissão pública, pela França, de que afinal ele actuou com lisura. Estas promessas não foram postas de partes na medida em que o executivo francês, autor da queixa, tem como bem encaminhadas as consultas que mantém com o juiz Philippe Courier, a quem foi confiado o processo. Courier teria dito, e disso Angola tinha sido informada, que independentemente do Ministério da Defesa ter retirado a queixa, um desfecho como as autoridades angolanas exigem só seria possível quando a instrução estiver concluída, pois só ela pode dizer se Pierre Falcone é inocente ou não.

Por outras palavras, o Governo francês vai continuar «entalado» entre o juiz. Courier e as pressões que Angola não faz questão de abrandar apesar dos sinais que chegam de Paris. As autoridades angolanas usam como arma de arremesso o petróleo. Neste contexto estão suspensas as negociações relativas à renovação da concessão do bloco 3, explorado pela TotalFinaElf. É voz corrente em Luanda e em Paris que a petrolífera

francesa é das que mais tem pressionado o palácio do Eliseu, sede da presidência, a usar todos os meios para que o processo seja arquivado.

Companhia bem sucedida em Angola, a TotalFinaElf está apreensiva com a possibilidade de vir a perder o bloco 3. A negociação da concessão já deveria estar concluída, mas o Governo angolano vem adiando qualquer contacto. Um acordo entre as duas partes dará à TotalFinaElf autorização para explorar o bloco 3 até 2012. Tão sério como isto é o facto dos interesses que a TotalFinaElf detém no bloco 15, cuja concessão apresta-se a vencer, poderem ficar igualmente comprometidos pelas mesmas razões.

Angola tem dado indicações de que vai manter a pressão a todo terreno. O seu embaixador em Paris, Ambrósio Lukoki, chamado há mais cinco meses vai continuar em Luanda. Por outro lado, nada indica que o embaixador francês designado para Angola, Guy Azais, venha a ser acreditado proximamente pelo Presidente José Eduardo dos Santos. Ele está em Luanda há mais de 5 meses.

O Governo angolano deu o primeiro sinal de que as coisas não estavam bem há dois anos quando na cerimónia de acreditação do antigo embaixador francês, Alan Richard, o Presidente José Eduardo dos Santos comparou a amizade às plantas. «Se não for regada, pode murchar».

A Elf, e de alguma forma a França receiam agora que alguma coisa esteja a morrer. Os dois países voltarão a conversar a alto nível no próximo mês por altura da visita que ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Michel Barnier, efectuará a Luanda.

6.0 POBREZA

6.1 Contracimeira dos pobres

Jornal de Notícias...10/06/04

A terceira edição da chamada “Cimeira dos Pobres”, organizada em contraponto à do G8, tem lugar em Kita, no Mali, sob a organização do Jubileu 2000, que agrupa organizações não governamentais (ONG) que lutam a favor da anulação da dívida dos países mais carenciados.

Essa contracimeira visa, segundo os organizadores, “consolidar a capacidade de contribuição dos povos africanos para reflexões e debates sobre as políticas e acções de desenvolvimento levadas a cabo em África”. A presidente do ramo maliano do Jubileu 2000, Barry Touré, fez críticas muito duras ao G8, ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional, à Organização Mundial do Comércio e à União Europeia. A senhora Barry denunciou, no que diz respeito a África, “a existência de uma dívida odiosa, a fuga de capitais, a proliferação de fontes de financiamento que aumentam a dívida, o comércio internacional injusto, a falta de apoio aos preços agrícolas, a pobreza e os surtos de paludismo e de sida”. A contracimeira juntou várias centenas de delegados vindos de África e de outros continentes, os quais têm por tema “Unidos para construir um mundo justo e solidário”.

Um simpósio, 15 ateliês, projecções de filmes e manifestações culturais fazem também parte da “Cimeira dos Pobres”, que termina hoje.

6.2 Redução do desemprego e pobreza são prioridades de Angola

Angop...10/06/04

O vice-ministro angolano da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Sebastião Luquinda, disse

quarta-feira em Genebra que uma das grandes preocupações da República de Angola, após a conquista da paz, é a redução dos níveis de desemprego e a diminuição da pobreza.

aquele governante que discursava na 92ª Conferência Internacional do Trabalho, cujos trabalhos decorrem na sede do escritório das Nações Unidas em Genebra sublinhou que o governo angolano está a promover um quadro favorável à participação dos investidores privados na economia que leve à criação de novos empregos. Referiu que muito recentemente foi posto a discussão o projecto sobre as bases gerais da Lei do Primeiro Emprego, que terá como beneficiários os cidadãos da faixa etária dos 14 aos 30 anos. A Lei permitirá a repartição das responsabilidades entre diferentes áreas ou sectores implicados na integração dos jovens no mundo do trabalho, disse o vice-ministro. Segundo o vice-ministro, os parceiros sociais, as universidades, as organizações não-governamentais e várias associações profissionais foram convidados a pronunciar-se sobre este projecto de lei. Sebastião Luquinda apontou como outra medida de promoção do emprego em Angola o alargamento da oferta formativa através da construção de Centros de Formação Profissional. O vice-ministro disse que o governo angolano está preocupado com o alastramento do HIV/SIDA nos locais de trabalho, tendo já aprovado legislação que regula a protecção dos trabalhadores e que respeita os direitos fundamentais da pessoa humana. Sebastião Luquinda defendeu a adopção pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de uma norma que congregue todos os instrumentos dispersos ligados às condições de trabalho no sector das pescas, de modo a permitir a sua aplicação mais ordenada a nível mundial.

A delegação angolana que participa nesta 92ª Conferência Internacional do Trabalho é integrada pelo chefe da Missão Permanente de Angola junto do Escritório da ONU em Genebra e embaixador de Angola na Suíça, João Filipe Martins.

7.0 SERVIÇOS BASICOS

7.1 A praga do lixo em Luanda

VOA...15/06/04

De entre os muitos problemas que afectam Luanda, o lixo será o mais sério. O combate ao lixo ganhou alento no principio do ano com a nomeação de uma comissão de gestão da capital a quem foi dado um prazo de seis meses para reduzir o lixo.

O tempo vai passando mas a situação está quase na mesma. Soluções como a recolha do lixo porta a porta ainda estão em fase de consolidação. Outras como a entrada de agentes privados vieram para ficar. Entre o que está feito e o que falta fazer o académico e ambientalista João Seródio prioriza a educação das pessoas, sobretudo daquelas que emigraram do campo para cidade.

«Se eu viver no mato, isolado com três ou 4 pessoas posso jogar o meu lixo, principalmente o lixo orgânico na natureza, porque ela tem capacidade de reciclar rapidamente este lixo, e manter a situação em estado controlável; mas se for concentrando pessoas, acumulando lixo, e a natureza não tiver capacidade de reciclá-lo, sobretudo nos centros urbanos modernos em que o lixo principalmente é composto por plásticos que são produtos químicos novos que a natureza não conhece, portanto não consegue reciclá-los, esta acumulação vai se fazendo. Numa cidade como Luanda que se supõe ter à volta de 4 milhões de habitantes, se cada pessoa fizer um quilo de lixo por dia, 1 quilo e meio é a média mundial para uma cidade como esta - imagine, serão 4 milhões de quilos que todos os dias têm que ser retirados, e tratados. Aquilo que entendi quando esta determinação foi feita à comissão de Gestão de Luanda é que os seis meses seriam para começar a dar uma solução, pois não havia solução nenhuma». João Seródio reconhece que o número de habitantes tenha os seus efeitos no demanda de

serviços e na qualidade de vida, mas ainda é possível viver-se melhor em Luanda.

«Você pode ter cidades de 20 milhões de habitantes. Se a população estiver treinada para viver em centros urbanos com esta dimensão, os problemas podem se solucionar à mesma. Simplesmente as pessoas têm que estar educadas e preparadas para viver neste meio. Se você for ver a origem desta população verá que é eminentemente rural, e que nunca foi obrigada a ter uma educação deste tipo, porque a natureza nos centros urbanos mais pequeninos, se encarrega de reciclar os lixos que vão sendo produzidos a pouco e pouco. O problema é da concentração urbana, e da falta de educação das pessoas para viverem neste tipo de concentração. Eu passo pela Samba todos os dias, e todos os dias vejo as brigadas a limparem aquelas valas, e dois dias depois estão cheias de lixo outra vez. As pessoas jogam o lixo nestas valas quando elas são valas de drenagem.. não é possível isto acontecer! Por um lado a população não está educada para isso; segundo, é quase impossível resolver o problema da recolha de lixo em Luanda, quando todos os dias, segundo dados do governo provincial, a população aumenta em não sei quantos milhares de pessoas por dia.. Seria utopia acreditarmos há seis meses atrás, que a cidade iria ficar limpa. Eu nunca acreditei nisso, e só um ingénuo é que iria acreditar nisso».

Lixo não é um problema novo para Luanda, e se calhar, esta cidade terá que fazer a mesma reflexão que outras cidades na mesma circunstância fizeram no passado. Disto falaria a Comissão de Gestão ou a Elisal, mas nenhuma das partes esteve disponível. João Seródio fala da experiência de outras cidades. «Se for a analisar as cidades da idade média na Europa e na Ásia verá que foi com as pestes e doenças que as pessoas perceberam que tinham que começar a mudar de atitude. Aqui em Luanda não sei sinceramente como vamos resolver o problema. É quase impossível resolver. Podemos ir tapando alguns buracos, mas não é um problema para resolver de pé para mão.

Não é. Seria utopia da nossa parte acreditar que num ano, dois, ou três se iria resolver o problema do lixo em Luanda. Eu sou natural de Luanda, nasci aqui há 60 anos, e lembro-me que Luanda já era a cidade mais suja do império português. Maputo era muito limpa, e Luanda já era um horror naquela altura. Isso infelizmente já vem de trás. Tem de haver uma campanha, tem que se apostar seriamente no ensino porque uma pessoa analfabeta, uma pessoa que não entende aquilo que a gente possa comunicar, possa explicar como se transmitem doenças, como se faz uma reciclagem do lixo, que não tem o mínimo

conhecimento de física e química terá muitas dificuldades em entender qualquer campanha de educação ambiental». O retrato de hoje pode ser penoso, mas João Serôdio é de opinião que Luanda já mudou, embora isto não seja tão evidente para quem viva na capital.

8.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

8.1 Falta de projectos executáveis dificulta acesso de créditos para o país

ANGOP...09/06/04

O vice-ministro do Comércio, Manuel da Cruz Neto, afirmou recentemente que a falta de projectos executáveis e credíveis tem dificultando o acesso de Angola aos fundos disponíveis anualmente pela União Europeia (UE) para investimentos em diversas áreas. Em declarações à Angop, em Luanda, o responsável, referiu que em 2002 e 2003 a UE tinha disponível 180 e 250 milhões de euros, respectivamente para apoiar projectos aceitáveis. Na sua óptica, a dificuldade em obter os valores reside no facto de, por vezes, o país não dispor de programas para eles aceitáveis e pela deficiente informação da parte de instituições nacionais sobre os mecanismos a utilizar para enfrentar os organismos internacionais no acesso ao crédito. Advogou a necessidade de se criar uma equipa negocial multissetorial a fim de encabeçar as negociações de acesso a créditos com diferentes instituições internacionais. Nesse âmbito, o sétimo seminário nacional do comércio, que decorreu de dois a três de Junho, exortou a inclusão de projectos do sector (do comércio) ao acesso nos programas de financiamento da União Europeia e outros financiadores internacionais, visto que os apresentados pelo país são de domínio social.

8.2 Holanda vai repatriar quatro mil Angolanos

Jornal de Angola...11/06/04

Cerca de quatro mil angolanos terão de abandonar a Holanda, por não lhes ter sido concedida autorização de residência. O embaixador daquele país em Angola

disse nesta à rádio Luanda Antena Comercial-LAC, que dos cerca de 8 mil angolanos a viver nos Países Baixos, entre 4 a 5 mil receberam autorização de residência, enquanto os restantes serão repatriados.

No entanto, admitiu que muitos talvez se tenham já deslocado para outros países europeus, aproveitando o facto de as fronteiras estarem abertas. Quanto aos que regressarem a Luanda, esclareceu que terão a viagem paga e um subsídio de cerca de 600 euros.

Entretanto, a Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP) desenvolve uma campanha que visa pressionar as autoridades holandesas a negociarem um estatuto mais favorável para estas quatro mil pessoas.

A LAASP receia, entretanto, que o repatriamento desordenado de angolanos venha a gerar revolta no seio de emigrantes em situação irregular. A Liga pretende juntar esforços que pressionem as duas partes a negociarem um repatriamento consensual. De recordar que de entre os angolanos abrangidos pelo processo, constam mulheres, crianças e velhos, estando a maior parte de crianças em fase de formação.

8.3 Regresso forçado às origens

Apostolado...14/06/04

Alguns dos deslocados que se encontravam no Campo de Trânsito de Viana foram obrigados, pela direcção provincial da Assistência Social, a regressarem às suas terras de origem no fim-de-semana.

Cento e onze populares viajaram para o Bié e outros 20 para o Huambo num autocarro, enquanto as suas bagagens eram transportadas num camião contentorizado.

No local, o “Apostolado” apurou que nos últimos dias as autoridades procuraram convencer os deslocados a regressarem todos às suas terras. Moisés Issolo, coordenador dos alojados da província do Bié, disse que um grupo “foi quase de livre vontade, mas o outro não tinha desejo de voltar, mas com as ameaças que fizeram...pronto”.

Angélica Nonoca, cidadã buena, decidiu permanecer no campo. Reforça que nem todos foram porque quiseram. “Muitos foram forçados...obrigados. Não temos casa lá, as casas foram partidas. Vamos viver onde, saímos da tenda e vamos voltar de novo para a tenda”, questionou-se a jovem mãe de dois filhos.

AS INCERTEZAS Os choros faziam-se ouvir dentro e fora do autocarro. O constrangimento era muito grande. As famílias estavam a separar-se uma e outra vez. Por outro lado, a viagem para o Bié e Huambo estava prenhe de incertezas. Ninguém sabia o que os

aguardaria à sua chegada.

Para a viagem levavam ração fria, composta por bolachas, água, sumo e carne seca. Moisés Issolo lamentou o facto de os viajantes não se fazerem acompanhar de “nenhum homem da Saúde e a época é de cacimbo. E neste autocarro há mulheres grávidas de 9 meses, mas todas com medo decidiram mesmo ir”. O futuro dos que viajaram parece muito sombrio. Não têm casas e são poucas as escolas para as crianças. Tudo indica não haver garantias de estabilização social, apesar das promessas. “São só discursos menos prática”, afirma Issolo. “Segundo o MINARS, os governadores vão receber as pessoas e vão fazer o reassentamento.

Mas eu recorde que o ano passado evacuei 129 pessoas para lá e tinham prometido que receberiam condições, quando chegaram, não encontraram nada no terreno. Muitos foram para as famílias, outros começaram a vender carvão, a vender areia do rio Kuíto, para sobreviverem. Isso da queima de carvão é aqui em Luanda, porque na província não é muito bom”.

A operação de transferência estava a ser acompanhada por funcionários da direcção municipal do MINARS, que não acederam a prestar declarações ao “Apostolado”.

O DESTINO DOS QUE FICAM

zNo Campo de Trânsito de Viana, bem à entrada da sede municipal, ainda ficam 711 deslocados do Bié, 505 do Huambo e 282 do Bengo. Todos estes decidiram ficar e enfrentar as autoridades. Contam que até esta 2ª feira, 14 de Junho, o campo fechará. Esta mensagem, afirmam, foi passada ao longo dos últimos dias pelos funcionários do MINARS. Dizem que serão transferidos para o campo de Malange, para lá de Viana em direcção ao Zango. “Estamos destinados de novo nas tendas. Se os que estão lá e que já adiantaram continuam nas tendas... Vamos de uma lagoa para outra lagoa. Prometeram dar tendas novas, mas estamos só a alimentar esperança, se não houver... paciência”. Catarina Santos, do Huambo, pensa no sofrimento por que já passaram os que ali estão. “Estamos a sofrer muitos anos com chuva... sempre chuva... chuva. Também não nos avisaram se teremos tendas ou não”.

As centenas de deslocados do Bié e do Huambo instalaram-se no campo de Trânsito de Viana em 1993, depois dos confrontos pós eleições. Os oriundos do Bengo ali chegaram ainda na década de 70-80 repatriados do Congo Democrático, onde se refugiaram durante a guerra colonial.

ANGOP...15/06/04

A coordenadora do Centro Nacional de Recursos Fitogenéticos (CNRF), Elizabeth Matus, afirmou hoje em Luanda que a Organização das Nações Unidas para Alimentação pode adquirir produtos naturais em países da SADC em vez de alimentos geneticamente modificados.

De acordo com Elizabeth Matus, no ano passado o PAM adquiriu milho no Zimbabue e na África do Sul para os países que recusam produtos transgênicos e pode também fazer isto para Angola, em vez de ir buscar produtos nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, afirmou, misturam os produtos e não declaram quais são geneticamente modificados e os que não são. A coordenadora da CNRF falava sobre a possibilidade do PAM deixar de doar para a Angola produtos alterados e a propósito da ratificação do Decreto sobre recursos geneticamente modificado que proíbe a entrada desde produto no país sobre a forma de graus. Para Elizabeth Matus o ideal seria proibir completamente a utilização de transgênicos porque se desconhece as suas implicações para a saúde humana, o ambiente e pode alterar a variedade local de sementes, uma vez que em Angola ainda não existe sistemas de regulação.

“No mundo há muito mais produtos naturais do que transgênicos”, declarou, sublinhando que por este motivo não acredita que este diploma crie dificuldades ao PAM. Transgênicos são plantas criadas em laboratório com técnicas da engenharia genética que permitem usar genes de um organismo para outro, mudando sua a forma e manipulando sua estrutura natural a fim de obter características específicas.

8.4 PAM pode adquirir alimentos em países da SADC para evitar produtos transgênicos

agrícolas.

O polo agrícola de Capanda entrara em funcionamento este ano, a contar com o arranque das obras de montagem do sistema de irrigação e tratamento do terreno. O novo director do projecto, João António Manuel, exerceu o cargo de responsável pela área de segurança alimentar do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Durante algumas horas de estada em Capanda, a comitiva visitou o polo de desenvolvimento agrícola, a barragem e uma fazenda.

Os directores nacionais da hidráulica e engenharia agrícola, do desenvolvimento rural, da técnica do Gepe e o consultor do vice-ministro integraram a delegação.

9.0 TERRA E HABITAÇÃO

9.1 Polo agrícola de Capanda vai preparar mais de 300 mil hectares de terra

ANGOP...11/06/04

O polo agrícola de Capanda vai preparar inicialmente uma área de 314 mil hectares de terra para o cultivo de culturas alimentares diversa, com destaque para o girassol, tabaco e o sisal, visando permitir o desenvolvimento da agricultura na região e a reactivação da fábrica de óleo alimentar na cidade de Malanje.

O facto foi revelado quinta-feira na localidade pelo vice-ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Zacarias Sambeny, quando procedia a apresentação do novo director do gabinete de desenvolvimento agrícola de Capanda, João António Manuel. Segundo o governante, o polo de desenvolvimento agrícola de Capanda encontra-se localizado numa área fértil, tendo em conta que está a ser implementado junto da albufeira e do projecto hidroeléctrico, factores estes que vão facilitar o sistema de irrigação. O responsável sublinhou que a criação do gabinete de desenvolvimento agrícola de Capanda surge no âmbito dum protocolo de cooperação rubricado entre os ministérios da Agricultura, Energia e Águas e o Governo de Malanje, que visa aumentar o nível de produção agrícola da província, e do país em geral, aproveitando as potencialidades que a região oferece.

Com vista a garantir o êxito dos trabalhos no polo agrícola de Capanda, Zacarias Sambeny anunciou para os próximos dias a chegada de técnicos afectos ao seu pelouro na localidade, que vão dirigir as actividades

10.0 OUTROS

10.1 Protecção dos Estados Torna Intocáveis Os Negociantes de Armas

O Público...16/06/04

Os traficantes da geração do pós-guerra fria fizeram chegar a vários países africanos, os excedentes de armas que passaram a circular facilmente com o desmembramento da ex-URSS. Hoje, são acusados pela ONU, ou as justiças nacionais mas protegidos pelos governos que lhes oferecem cargos diplomáticos e lhes multiplicam as nacionalidades. Quando deixam de ser úteis, dificilmente serão postos em causa. Se o forem, poderão eles próprios comprometer personalidades dos Estados que recorreram aos seus serviços, e abrir o jogo de interesses secretos em várias regiões do mundo, sobretudo África.

O francês Pierre Falcone, o ucraniano Arkadi Gaïdamak ou Victor Bout, do Tajiquistão, estão entre os mais influentes e mediáticos negociantes de armas do mundo. Fazem parte de uma geração de comerciantes de material bélico - que surgiu depois do fim da guerra fria - capaz de colocar no mercado os excedentes de armas dos países do antigo bloco soviético. São acusados pela ONU de violarem embargos e alimentarem guerras, e perseguidos pela justiça, em França, Bélgica ou Suíça, em casos de tráfico de influências, branqueamento e desvio de fundos, em negócios de venda ilegal de armas. São alvo de mandados de captura internacionais mas não serão julgados, segundo investigadores contactados pelo PÚBLICO. Pelo menos no imediato. Já passaram pela prisão. Hoje estão em liberdade. Detidos momentaneamente, a sua libertação dá-se quase

sempre “de forma inexplicada”. A julgar pelo anterior caso do belga Jacques Monsieur, serão para sempre protegidos dos países com quem colaboraram. “Os traficantes não podem ser vistos como independentes dos Estados”, diz Patrice Bouveret, investigador de um instituto de pesquisa em França, o Centre de documentation et recherche sur la paix et les conflits (CDRPC). Por isso se tem revelado tão difícil ir até ao fim nos processos lançados pela justiça. Quando não conseguem ficar “incógnitos”, os traficantes conseguem pelo menos complicar a tarefa dos juízes graças às imunidades diplomáticas e outras protecções que lhes são concedidas pelos Estados.

Pela capacidade que demonstraram em montar sistemas para traficar armas numa aparência de legalidade - com falsificação de certificados de armas e de registos de companhias de transporte aéreo - traficantes de renome, como Victor Bout, tornaram-se indispensáveis; é a eles que os governos recorrem quando uma intervenção militar num país ou numa região é pretendida mas não publicamente assumida. Por isso, mesmo quando deixam de ser úteis, dificilmente ficarão expostos. Foram precisos 20 anos de perseguições judiciais em França e na Bélgica, com mandados de detenção internacionais, para que uma das principais figuras do tráfico de armas, dos anos 80, o belga Jacques Monsieur, fosse julgado, na Bélgica, em 2002. Foi condenado a uma pena “simbólica” que em nada contribuiu para pôr fim à impunidade no mundo do tráfico, segundo Georges Berghezan, “especialista do Groupe de recherche et d’information sur la paix et la sécurité (GRIP), na Bélgica.

Um acordo entre a defesa e a acusação de Jacques Monsieur terá sido negociado para não comprometer os governos e os serviços secretos dos países que recorreram aos seus préstimos, incluindo o reino da Bélgica. Manter estes negociantes de material bélico como pessoas de confiança serve para os governos terem “margens de manobra para apoiar regimes ou guerrilhas, que querem apoiar”, ou seja para poderem “continuar a intervir na cena internacional sem ser pela via diplomática”, explica Patrice Bouveret. A este comércio clandestino dá-se o nome de “mercado cinzento”, por estar entre o “mercado negro” e o “mercado oficial” - serve para operações clandestinas, secretas, “mas em benefício dos governos ou pelo menos com o seu apoio”, acrescenta Berghezan. A ausência de um texto internacional sobre armas convencionais faz com que seja a legislação de cada país a definir se uma determinada transferência de armas é legal ou ilegal. Mas nem todos os países dispõem de leis nessa matéria. E isso abre espaço a que, numa situação de embargo, alguns Estados violem

as regras, passando por países terceiros. Além disso, a existência de uma lei internacional “tornaria os mandados de captura internacionais mais operacionais”.

Mandados de detenção “inoperacionais”

O mandado de captura, emitido contra Victor Bout, não tem qualquer utilidade, segundo Berghezan. “Com a protecção dos EUA, há interesses superiores em jogo”, diz este especialista. Os EUA retiraram recentemente o traficante soviético Victor Bout da lista dos proscritos da ONU, por este lhes fornecer serviços de transporte de armas para o Iraque.

Os casos de Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak comprovam também a facilidade com que pessoas com influência conseguem escapar à justiça apesar de serem alvo de mandados de captura.

O Ministério Público da República Francesa não desiste de perseguir estes dois protagonistas do “Angolagate” - em processo relacionados com a venda de armas para o Governo angolano. Mas encontra obstáculos.

Por um lado, o Governo francês não tenciona melindrar as autoridades de Angola, onde mantém interesses no sector petrolífero dominado pelos EUA. Por outro, não quer arriscar-se a facilitar um julgamento, em França, e alienar outros potenciais traficantes. “O que este caso [de Falcone] demonstra é que em matéria de comércio de armas, há ligações entre o Estado e os traficantes”, explica o especialista em transferências de armamento, Patrice Bouveret. “Se o Governo [francês] fosse até ao fim, através da justiça, mais nenhuma outra pessoa voltaria a aceitar ocupar-se disso sabendo que depois também não seria protegido”, acrescenta. Este especialista não tem dúvidas: “Em casos destes, o Executivo pode bloquear, neutralizando a independência que tem normalmente a justiça”.

O juiz francês, que lançou as acusações em torno da “venda ilegal” de armas a Angola, solicitou, sem sucesso, o levantamento da classificação de segredo de Estado de documentos importantes nem conseguir ter a cooperação dos países para onde Pierre Falcone viaja. O empresário invoca uma imunidade que lhe confere um passaporte diplomático angolano, concedido por Luanda, através da sua nomeação para representante de Angola na UNESCO, em Paris, com a anuência das autoridades francesas. “Isso permitiu à França não se implicar completamente mas garantir indirectamente a protecção de Falcone”, explica Patrice Bouveret. O empresário francês chegou a ser retido pela Interpol, à sua chegada a vários países, acabando por ser libertado. Desde o princípio do ano, Falcone passou várias vezes

por Lisboa sem que as autoridades portuguesas dessem conhecimento da ocorrência às autoridades judiciais francesas, como previsto no quadro da cooperação judicial entre Estados e pelos sistemas que regem a gestão dos mandados de captura a nível internacional. Falcone esteve também na Grã-Bretanha, Suíça - onde é igualmente perseguido - e em Espanha, sem nunca ser incomodado.

Quatro Figuras Que Alimentam Guerras em África

A actividade do belga Jacques Monsieur desenvolveu-se no contexto da guerra fria. Uma nova geração de traficantes - soviéticos com ligações a Israel - surgiu depois beneficiando dos “stocks” da capacidade de produção de armamento, e da flexibilização dos sistemas de controlo deste sector, nos países da ex-URSS. Dessa geração, fazem parte Arkadi Gaidamak e Pierre Falcone, os dois maiores suspeitos do “Angolagate”, de venda de armas a Angola, e o temido Victor Bout, que financiou vários conflitos em África, e se mantém hoje em plena actividade.

Jacques Monsieur

O “Marechal” que prometeu silêncio aos serviços secretos em troca da sua libertação

Conhecido por “Marechal” pelas influências que exercia, Jacques Monsieur iniciou as suas actividades em plena guerra fria, nos anos 80, quando a Administração Reagan decidiu amarrar o Irão então em guerra com o Iraque. Mais tarde, antes da queda do muro de Berlim, este traficante belga desempenhou um papel importante nos contactos que a NATO desenvolveu com as autoridades da Polónia. Já em 1991, e apesar do embargo imposto pela ONU à ex-Jugoslávia, Monsieur organizou o fornecimento de armas aos croatas e à facção muçulmana da Bósnia-Herzegovina, contra o regime sérvio, iniciado a pedido da CIA “que parece ter organizado um encontro entre o [já falecido] Presidente croata Tudjman e [Jacques] Monsieur em Zagreb”, escreve o investigador belga Georges Berghezan no artigo “Jacques Monsieur: da NATO ao Irão, protectores bem colocados”, de 2002. Essas armas provinham da Argentina, de países do Leste Europeu, da China e do Irão. Durante as duas décadas em que operou, Jacques Monsieur ajudou regimes ou grupos rebeldes em quatro continentes, com o conhecimento ou a colaboração dos serviços secretos de vários países: a SDRA belga, a Mossad israelita, a CIA americana, a DST francesa, a Cesid espanhola.

O tráfico, que organizava a partir da França e dos EUA, deixou marcas na África do Sul, durante o regime do “apartheid” (sob embargo) no Congo-Brazzaville, no Congo-Kinshasa (Ex-Zaire), na Libéria e na Costa do Marfim, países que, sucessivamente, vieram a ser palco de conflitos. Em 1997, e em nome

da petrolífera francesa Elf, faz chegar importantes carregamentos de armas em apoio ao então Presidente Lissouba que a petrolífera francesa tentava manter no poder, em Brazzaville, antes da entrada em força do actual Presidente Sassou Nguesso. Num momento em que as coisas correram mal, Monsieur ameaçou revelar os esquemas de pagamentos de comissões, financiamentos de campanhas eleitorais de dirigentes africanos, e tráfico de armas, organizados pela Elf. Os patrões da petrolífera prometeram-lhe então abrir-lhe novos mercados (de armas) no Congo-Brazzaville e em Angola.

Só ao fim de 20 anos de actividades Monsieur, foi julgado, em 2002. A defesa negociou uma pena “simbólica” em troca do seu silêncio. “Ele poderia ter comprometido os serviços secretos de vários países ocidentais”, diz Georges Berghézan. “A própria NATO seria posta em causa.” Mais do que o seu julgamento foi a sua ligação a Teerão que o fez cair em desgraça (nos países ocidentais) e abandonar a actividade.

Victor Bout

Negociante activo e isento de sanções por decisão dos EUA

Viktor Vasilevitch Butt ou Victor Anatoliyevich Bout, são dois dos vários nomes utilizados pelo ex-oficial militar soviético conhecido nos meios policiais por Victor B. para simplificar. Victor Bout nasceu no Tadjiquistão em 1967, dispõe de pelo menos cinco passaportes, e é alvo de dois mandados de captura internacional. É proprietário de uma frota de aviões ex-soviéticos, registada como Air Cess, e um dos maiores traficantes ainda em actividade. Teve treino militar na Rússia e terá trabalhado como oficial do KGB pouco antes do fim da guerra fria. Poderá estar a viver nos Emirados Árabes Unidos, ou na Rússia, mas os seus aviões estão registados em vários países africanos, como a Guiné Equatorial ou a República Centro-Africana.

A sua rede de fornecimento e transporte de armas foi considerada “única”, pela ONU, por conseguir fazer chegar sistemas sofisticados de armamento em praticamente qualquer parte do mundo, quase sem deixar rasto, recorrendo a certificados forjados por uma rede comercial secreta. Grande parte da sua actividade consistia, pelo menos até há pouco tempo, em fornecer, a países da África Ocidental armamento proveniente da Bulgária, Moldávia, e Ucrânia.

A ONU responsabilizou o traficante soviético pelo prolongamento de conflitos em Angola e na Serra Leoa, através da venda de armas, em troca de diamantes (à UNITA de Jonas Savimbi, ou à Frente Unida Revolucionária).

E por isso, já este ano, decidiu congelar os bens de

Victor Bout, para lhe restringir a actividade, colocando-o numa lista de proscritos. Um diplomata da ONU sintetizou que para haver paz na África Ocidental, “ele devia constar dessa lista”. Tal não aconteceu. O seu nome foi rapidamente retirado, sob pressão dos Estados Unidos e da própria Grã-Bretanha, que em 2000, através de um membro do Governo de Londres o tinha qualificado de “negociante da morte”. Foi na altura em que era considerado “persona non grata” por Washington por alegadamente fornecer armas ao ex-regime dos taliban em Cabul, meses antes de os EUA lançarem a guerra contra o Afeganistão. Essa percepção mudou recentemente: Bout, que era um incómodo para Washington transformou-se num aliado de conveniência, ao ajudar as forças da coligação anglo-americana no transporte de armamento para o Iraque.

Pierre Falcone

Mercador de armas e ministro-conselheiro de Angola na UNESCO

Pierre Falcone, francês, de origem argelina, foi adquirindo, ao longo das suas actividades, várias nacionalidades; além da francesa, a brasileira e a angolana. Através dele, Luanda adquiriu material bélico numa fase determinante do conflito contra a UNITA, entre 1993 e 1994. A linha oficial do Governo francês impedia o fornecimento de armas a Angola, mas várias personalidades públicas e a petrolífera Elf facilitaram esses negócios. Pierre Falcone é alvo de um mandado de captura internacional emitido pela justiça francesa, em Janeiro deste ano, sete meses depois de Angola o ter nomeado ministro-conselheiro na UNESCO. É pois com um passaporte diplomático angolano que Falcone se tem deslocado a vários países incluindo Portugal, onde tem invocado a imunidade diplomática que lhe confere esse cargo.

O caso tem motivado alguma tensão entre a França e Angola que pediu que todas as acusações de que é alvo Falcone fossem arquivadas. Não se confirma porém que Luanda tenha ameaçado Paris de não renovar as concessões petrolíferas da francesa Total (antiga Elf), como chegou a ser referido na imprensa angolana. “É difícil dizer se iriam ao ponto de retirar as concessões”, explica o investigador francês Patrice Bouveret. “Esse factor tem peso mais não é o principal.” O que tem peso, neste caso, é que “se uma pessoa como Pierre Falcone cair em desgraça, há o risco de vir a fazer revelações que impliquem de forma mais formal responsáveis franceses”.

O ex-ministro do Interior Charles Pasqua e Jean-Christophe Mitterrand, filho do defunto Presidente francês, são duas das várias personalidades públicas implicadas nos negócios ilícitos relacionados com o “Angolagate”. O mandado de captura continuará inoperacional. Mas com a grande atenção internacional, sobre a questão das armas, Falcone poderá “ficar

ligeiramente fora de jogo”, explica Bouveret. “O Governo francês não vai voltar a recorrer a ele, porque isso seria demasiado perigoso. O mandado tem mais esse papel de estigmatizar do que um papel jurídico. Enquanto pessoa, ele será neutralizado. Mas o importante não é isso, porque ele poderá colocar outro a fazer as mesmas operações”.

Arkadi Gaïdamak

O milionário que abriu as portas das ex-républicas soviéticas

Enquanto Falcone facilitava os contactos em Angola, Gaïdamak abria as portas nos mercados de armas dos países do Leste europeu. O “Angolagate” juntou-os como sócios num esquema entre a Rússia e a França, para a transferência de armas com destino de Luanda, e que envolveu centenas de milhões de dólares. São indiciados nos mesmos processos judiciais, em França e na Suíça. Mas contrariamente a Falcone, o milionário de origem ucraniana nunca foi formalmente acusado, porque nunca compareceu a um juiz. É-lhe atribuído o perfil do industrial novo rico da ex-URSS que ascendeu economicamente com a Perestroika, que cedo se mudou para o Ocidente. A carreira de empresário de Gaïdamak ganhou um impulso quando, já em França, trabalhou como tradutor nas negociações dos grandes acordos energéticos franco-russos, antes de ficar conhecido como um dos principais suspeitos do “Angolagate”.

Gaïdamak, que nas raras entrevistas que concedeu a jornalistas, se fazia acompanhar de guarda-costas, refugiou-se então em Israel. As suas boas relações não se limitam a Israel ou à Rússia. Em França, Gaïdamak foi condecorado pelo suposto papel desempenhado na libertação de dois pilotos franceses feitos reféns na ex-Jugoslávia, em 1995, surpreendendo os meios policiais franceses que já o associavam a actividades suspeitas na Rússia. Mas ao contrário de Falcone, que intervinha sempre a partir da França, Gaïdamak diversificou os países de onde organizava as suas operações, o que lhe permitirá mais facilmente manter as suas actividades, além de que beneficia de pelo menos quatro nacionalidades, concedidas por Israel, França, Angola e Canadá.

10.2 Computador pode custar 100 dólares este ano em Angola

Jornal de Angola...18/06/04

Os Angolanos poderão adquirir computadores a 100 dólares, a partir do final deste ano, na sequência de negociações realizadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia com a Microsoft e com as Nações Unidas, visando a transferência de tecnologia para o país.

Segundo o vice-ministro, Pedro Teta, que participa na

11ª convenção da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), na cidade de São Paulo, durante o evento tem mantido encontros com individualidades da ONU, que já aprovaram o projecto que visa massificar a utilização do computador em Angola.

Com efeito, a implementação do projecto estará apenas condicionada à existência de um espaço físico para o centro de recuperação de computadores que serão fornecidos tanto pelas Nações Unidas como pela Microsoft.